



ATA Nº 6/2013

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

----- Aos trinta dias do mês de novembro do ano dois mil e treze, no Auditório da Câmara Municipal de Rio Maior, realizou-se uma sessão ordinária da Assembleia Municipal de Rio Maior, sob a presidência de António Manuel Silva Arribança. Secretariaram a presente sessão os Deputados Municipais Carlos Jorge Coelho Neto e Maria Eugénia de Jesus Reis, respectivamente Primeiro e Segundo Secretários da Mesa. A Câmara Municipal de Rio Maior fez-se representar pela Presidente, Isaura Maria Elias Crisóstomo Bernardino Morais. Assistiram também à presente sessão os Vereadores da mesma Câmara Municipal, Carlos Fernando Frazão Correia, João António Lopes Cadoso, Ana Filomena e Silva Antunes Figueiredo, Daniel Alexandre Pulquério Pinto e Augusto Manuel Gonçalves Figueiredo. -----

----- JUSTIFICAÇÃO DE FALTAS -----

----- Nos termos da alínea j) do número 1 do Artigo 9º do Regimento da Assembleia Municipal, foi justificada a falta do Senhor Deputado João Luís Bispo Mota Bogalho, procedendo-se à sua substituição. -----

----- Pelas catorze horas e trinta minutos, verificando-se a existência de quórum, o Senhor Presidente da Assembleia deu início aos trabalhos da presente sessão (anexo 1). -----

----- PONTO PRÉVIO -----

----- APROVAÇÃO DE ATAS -----

----- Foi colocada a discussão e votação a ata n.º 5/2013 referente à sessão ordinária de 19 de outubro. -----

----- Aprovada a ata n.º 5/2013 por unanimidade dos presentes. -----

----- Declaração de Voto da **Deputada Antónia Maria Falcão Miranda Manso Corrêa**, que se transcreve na íntegra: -----

----- “Aprovamos a ata, e estamos aqui eleitos com muito orgulho, pelos riomaiorenses, nas listas da CDU. Entendemos contudo que V. Ex.^a tem sido um bom Presidente da Assembleia Municipal, contudo e certamente que numa posição estritamente pessoal, dedicou que dava os parabéns à CDU, não ao Partido Comunista no discurso de tomada de posse. Com um discurso de valorização de todos os eleitos, acentuando a importância da democracia, cumpre-me dirigir-lhe, Senhor Presidente, que os eleitos da CDU na Assembleia Municipal ficaram



incomodados. Este sentimento foi-nos transmitido também por muitos dos presentes que enchiam este fórum. Sabemos que irá ratificar as suas afirmações mas permitam-nos que olhos nos olhos lhe digamos que não estamos de acordo com elas. A vida vai continuar, certamente vamo-nos encontrar muitas vezes para trabalharmos juntos em prol do progresso e do bem-estar dos riomaiorenses. O Senhor Presidente, Dr. Arribança merece-nos muita consideração, pode contar com os eleitos da CDU, nós contamos com V. Ex.^a nesta assembleia e com o contributo efetivo para que a sua opinião particular possa em breve ser alterada a nosso favor e nós estamos em crer que isso vai acontecer.” -----

----- **Presidente da Assembleia Municipal** -----

----- Afirmando que não é habitual responder a declarações de voto esclareceu que de forma alguma se tratou de uma desconsideração pessoal pelas pessoas eleitas pela CDU e se foi assim entendido apresentou as suas desculpas. Considerou que os resultados que a CDU apresentou no concelho de Rio Maior são a expressão de um trabalho próprio do Prof. Augusto Figueiredo e que, por isso, lhe endereçou os parabéns pessoais. -----

----- **CORRESPONDÊNCIA** -----

----- Pelo Primeiro Secretário foi feita a leitura da correspondência recebida e expedida pelos serviços desta Assembleia Municipal, conforme anexo 2. -----

----- **Presidente da Assembleia Municipal** -----

----- Deu neste momento posse ao Deputado António Manuel da Silva Moreira que apresentou os documentos de identificação, leu o texto formal de posse e assinou. -----

----- Informou que a Comissão Permanente reuniu para deliberar sobre a atribuição dos tempos de intervenção e sobre a possibilidade de realização de sessões deslocalizadas da Assembleia Municipal em cada sede de freguesia do concelho, conforme consta da ata daquela comissão. -----

----- Informou ainda que após análise da ordem de trabalhos e dos documentos verificou que o ponto VII (Contratação de empréstimos a curto prazo para 2014 até ao montante de 800.000 euros) terá que ser retirado por dele não constar a documentação legalmente exigível para a decisão. -----

----- Por fim referiu-se ao trágico falecimento de Sérgio Miguel Pereira Soveral, Presidente do Conselho de Administração da Joluso, num acidente de aviação, propondo em nome de toda a Assembleia Municipal um minuto de silêncio em sua memória e que sejam transmitidas à família as mais sentidas condolências. -----



----- Foi neste momento feito um minuto de silêncio em memória de Sérgio Miguel Pereira Soveral. -----

----- **PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA** -----

----- O Presidente da Assembleia Municipal abriu as inscrições para este período. -----

----- Inscreveram-se para intervir os seguintes Deputados Municipais e Presidentes de Junta de Freguesia: -----

----- Deputado António Carlos e Silva Antunes Figueiredo -----

----- Deputado Ivan Carlos Fernandes Abreu Cruz e Costa -----

----- Deputado João Figueiredo Vargas Lopes -----

----- Deputado José Casimiro Fróis Ferreira -----

----- Deputada Suzana Margarida dos Santos Candeias -----

----- Deputado João Pedro de Aleluia Gomes Sequeira -----

----- Deputada Antónia Maria Falcão Miranda Manso Corrêa -----

----- Deputado Luis Alberto Santos Tirano Ferreira -----

----- Deputado Carlos Jorge Coelho Neto -----

----- Deputada Maria Eugénia de Jesus Reis -----

----- Deputado Rui Miguel da Costa e Silva -----

----- Presidente da Junta de Freguesia de Rio Maior -----

----- Deputado António Manuel da Silva Moreira -----

----- Deputada Carla Cristina Machado Rodrigues Dias -----

----- **INTERVENÇÕES DOS SENHORES DEPUTADOS** -----

----- **Deputado António Carlos e Silva Antunes Figueiredo** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal e a todos os presentes. -----

----- Interveio para falar acerca do serviço postal dos CTT - Correios de Portugal que são uma instituição secular e constituiu o primeiro serviço público de correio de Portugal e é hoje reconhecida por todos como uma das maiores entidades de confiança e prestígio a nível nacional. Continuou dizendo que até ao passado recente não ocorreram falhas na prestação de serviço postal e sempre se verificou a abertura e disponibilidade de todas as entidades competentes visando a garantia e a melhoria na prestação deste serviço público mas que surpreendentemente vêm agora os CTT justificar falhas naquele serviço através da colocação na caixa postal de uma missiva exortando-os a regularizar os seus elementos junto dos serviços autárquicos sob pena ser verem proscritos pelos CTT do serviço postal público. Considerou que os CTT devem respeitar a dignidade das pessoas e das instituições dirigindo-se a elas



formalmente no sentido de debaterem as necessárias medidas para a prestação do serviço público, em detrimento da atual medida que têm vindo a seguir e que se traduz no empurrar do cidadão contra os serviços públicos. -----

----- **Deputado Ivan Carlos Fernandes Abreu Cruz e Costa** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal e a todos os presentes. -----

----- Solicitou informações e esclarecimentos acerca dos cuidados médicos de saúde no centro de saúde de Rio Maior, que ações foram desenvolvidas no sentido de defender os interesses das populações e de assegurar os cuidados de saúde aos munícipes e deixou uma mensagem de felicitação ao Projeto Cidadania pelo excelente trabalho que tem vindo a fazer na defesa do interesse das populações do concelho. ---

----- Elogiou a Coligação Democrática Unitária (CDU) pela proposta apresentada para a classificação como imóvel de interesse nacional das Salinas naturais e lamentou o seu chumbo pelo Governo. Deixou um repto à Câmara Municipal no sentido de poder ser a Câmara a liderar esse processo já que considera que seria de grande interesse para o município essa classificação. -----

----- Questionou, em relação ao horário das quarenta horas semanais, se existe a possibilidade de as autarquias continuarem a fazer as trinta e cinco horas semanais através da negociação entre os municípios os sindicatos e se a Câmara Municipal de Rio maior está a ponderar manter essa carga horária. -----

----- Referiu-se também à entrada em vigor da lei da requalificação da função pública e questionou quantos trabalhadores existem atualmente na situação de mobilidade especial na Câmara Municipal de Rio Maior e se existe previsão de passagem a essa situação de mobilidade de alguns trabalhadores. -----

----- Solicitou ainda informação acerca das ações que a Câmara possa ter desenvolvido em relação à situação da repartição de finanças de Rio Maior e ao rumor que esta irá encerrar. -----

----- Por fim fez referência ao facto de ter tido conhecimento que um funcionário da autarquia terá utilizado meios de comunicação da mesma, em horário de expediente, para se referir a uma munícipe de forma menos correta e questionou a Presidente da Câmara se havia algum esclarecimento para esta situação. -----

----- **Deputado João Figueiredo Vargas Lopes** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal e a todos os presentes. -----



----- Solicitou esclarecimentos acerca da ligação da Azinheira à Zona Industrial e à expansão dos areeiros existentes naquela zona e também acerca da ligação da EN 114 ao Nó da A15. -----

----- Disse ainda que a informação que circula é que efetivamente a repartição de finanças de Rio Maior irá encerrar e solicitou que a Câmara se pronunciasse sobre essa situação. -----

----- **Deputado José Casimiro Fróis Ferreira** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal e a todos os presentes. -----

----- Interveio para se referir às Salinas de Rio Maior e ao avanço que nos últimos anos se assistiu naquele espaço, seja pela integração em programas internacionais seja pelo apoio dos serviços de turismo e património cultural, que tem sido imprescindível no desenvolvimento deste processo, acrescentando que toda esta dinâmica permitiu um acréscimo na promoção, divulgação e importância daquele local. Saliu igualmente todo o trabalho e empenho da comunidade salineira na criação de atividades promocionais e cujo resultado se tem vindo a revelar num enorme sucesso a todos os níveis. Disse ser fundamental a criação de estruturas de apoio à visitação e dar um impulso à elaboração do plano de pormenor que foi iniciado no último mandato. Acrescentou que apesar de tudo ainda falta fazer muito e como representante dos cooperantes das salinas e responsável pela preservação e conservação das mesmas, colocou à apreciação da Assembleia Municipal a viabilidade de existir uma taxa simbólica por visitante que em muito ajudaria a fazer face aos custos de manutenção e projecção das salinas. -----

----- **Deputada Suzana Margarida dos Santos Candeias** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal e a todos os presentes. -----

----- Solicitou informação acerca da limpeza das linhas de água e ribeiros que é da responsabilidade das autarquias e o que está a ser pensado em relação à limpeza da ribeira de São Gregório. -----

----- **Deputado João Pedro de Aleluia Gomes Sequeira** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal e a todos os presentes. -----

----- Endereçou cumprimentos ao Presidente da Assembleia e desejou que este novo mandato continue a ser pontuado por dois princípios que caracterizaram a sua atuação no mandato anterior: o bom senso e a imparcialidade. Desejou as boas vindas a todos aqueles que pela primeira vez exercem funções na Assembleia Municipal, fazendo votos que o seu contributo, no exercício destas funções, seja mais uma



“vitamina participativa” para a democracia, que tanto precisa. Afirmou ainda que o Estado de direito democrático, o sistema democrático em geral e o poder local em particular, precisam que todos, no exercício destas funções que resultam da Constituição e que são também um exemplo de cidadania ativa. Manifestou a esperança que este exemplo de participação cívica e política contribua para o reforço e revitalização do sistema democrático e do poder local pelo qual tantos lutaram, cabendo agora aos presentes a obrigação de continuar a dignificar essa luta e esses princípios. Disse ainda que na sua vida autárquica, como vereador e como deputado municipal, assim como a bancada pela qual foi eleito, tanto no exercício de funções de governo como na oposição, sempre se regeu por princípios e por valores que, para além dos específicos plasmados nos programas eleitorais pelos quais foram eleitos, são fundamentalmente princípios de defesa dos interesses de Rio Maior e defesa dos interesses dos riomaiorenses e é esse legado que acredita terem deixado no concelho e é essa a postura que assumirão neste mandato por considerar que em democracia tão honroso, e tão nobre, é ganhar eleições como é perder. Finalizou dizendo que só haverá boa governação da cidade e do concelho se houver uma boa oposição e é isso que podem esperar da sua bancada e de si próprio. -----

----- De seguida questionou acerca da aplicação da Lei n.º 75/2013, de 12 setembro, que encerra questões de grande importância, nomeadamente para as Juntas de Freguesia. Considerou que a delegação de competências prevista nesta lei esvazia, e muito, os municípios porque transfere competências para as Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo (CIMLT) e para as Juntas de Freguesia. Solicitou informação acerca do que já foi feito relativamente à transferência de competências para os órgãos previstos na lei, visto o prazo para realização do acordo de execução com as Juntas de Freguesia, segundo a Lei n.º 75/2013, terá que ser executado no prazo de 180 dias após a instalação dos órgãos autárquicos. -----

----- Questionou também o executivo sobre o que está a ser preparado, em termos estratégicos, relativamente ao novo ciclo de programação financeira comunitária 2014/2020 e ainda o ponto de situação do processo de revisão do Plano Diretor Municipal (PDM). -----

----- **Deputada Antónia Maria Falcão Miranda Manso Corrêa** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal e a todos os presentes. -----

----- Interveio para reforçar que os membros da CDU estão neste órgão para trabalhar e disse estarem muito satisfeitos por, na Comissão Permanente, se ter decidido a



realização de sessões da Assembleia Municipal descentralizadas e temáticas. Referiu-se ainda aos tempos praticados pela Câmara Municipal e salientou que estes têm que ser cumpridos para que os membros da Assembleia Municipal se possam debruçar sobre os assuntos colocados à sua consideração e sobre eles possam emitir opinião.--

----- **Deputado Luis Alberto Santos Tirano Ferreira** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal e a todos os presentes. -----

----- Disse ter chegado a seu conhecimento um estudo de 2011 do Instituto Nacional de Estatística em relação à percentagem de poder de compra de cada concelho a nível nacional e após análise aos dados do concelho de Rio Maior, em sexagésimo quinto lugar, afirmou que este não será um mau lugar e sugeriu que fosse constituído um gabinete de promoção e captação de investimento para o concelho, que poderia até ter o nome do empresário Sérgio Miguel Pereira Soveral como homenagem, que fosse profissionalizado e com recursos especializados para captação de investimentos com expressão numa altura em que se perdem investimentos todos os dias, como foi o caso do Golden Eagle. Sobre este caso questionou se a Câmara Municipal tem conhecimento se existe alguma solução para reabrir e dinamizar aquele empreendimento. -----

----- **Deputado Carlos Jorge Coelho Neto** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal e a todos os presentes. -----

----- Deu conhecimento da sua participação no Congresso da Associação Nacional de Municípios e das linhas gerais do mesmo (anexo 3). Informou que para além da tomada de posse dos novos órgãos foram tratados temas como a autonomia do poder local, a influência das autarquias no endividamento do Estado e o novo Regime Financeiro. -----

----- Referiu ainda que em sua opinião, e em democracia, não considera que existe um grau de ofensa tal, em opiniões e comentários em redes sociais, que leve a que disso se faça registo, salientando que estas surgiram na sequência de comentários à Presidente da Câmara Municipal. -----

----- **Deputada Maria Eugénia de Jesus Reis** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal na pessoa do seu Presidente e a todos os presentes. -----

----- Informou a Assembleia Municipal do importante papel da Universidade Sénior na comunidade sénior e das várias atividades que se têm desenvolvido incluindo reuniões mensais com o grupo de Universidades Sénior do Oeste para definição de atividades



conjuntas. Saliu que para além da transmissão de conhecimentos, estas instituições têm tido um papel muito relevante no incentivo à participação de aulas e convívios, permitindo combater o isolamento e a solidão que afeta hoje os seniores, tendo, neste momento, a Universidade Sénior de Rio Maior duzentos e sessenta e três alunos, cinquenta e quatro disciplinas e quarenta e um professores, todos eles voluntários. -----

----- **Deputado Rui Miguel da Costa e Silva** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal na pessoa do seu Presidente e a todos os presentes. -----

----- Deu conta de algumas reflexões que fez acerca do fenómeno da abstenção e da legitimação do poder pela maioria, que em sua opinião deixou de existir pelo facto de a maioria ser agora a abstenção. Disse que a situação irá mudar, independentemente da via que será utilizada, porque o atual estado é insustentável. Acrescentou que a repetição, de quatro em quatro anos, deste processo de promessa eleitoral seguido da desilusão da governação leva ao descrédito da democracia embora muitos, como o próprio, continuem a ser otimistas e a acreditar que a mudança virá. -----

----- Comunicou ainda à Assembleia Municipal a sua decisão de deixar de integrar o Grupo Municipal do Partido Socialista (PS), cumprindo o seu mandato na condição de deputado independente. Sublinhou que a decisão assenta em razões de ordem exclusivamente política e que dela já deu conhecimento ao Presidente da Assembleia Municipal que em tempo oportuno desencadeará os necessários e adequados procedimentos regimentais. Relevou e agradeceu a gratificante caminhada que fez em conjunto com o PS e a todos os que integraram o anterior grupo municipal pelo PS e afirmou que, com toda a certeza, irão continuar a lutar por um futuro melhor para Rio Maior. -----

----- **Presidente da Junta de Freguesia de Rio Maior** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal e a todos os presentes. -----

----- Comunicou à Assembleia Municipal que decorre durante o fim-de-semana a recolha de bens alimentares do Banco Alimentar, do qual é interlocutor concelhio cabendo-lhe a organização da recolha a nível concelhio, organização essa que conta já com a presença de cento e dez voluntários, mais de uma dezena de instituições e o transporte dos alimentos para santarém. Solicitou que para além da participação todos ajudassem na medida em que lhes fosse possível e informou que o Banco Alimentar em Rio Maior apoia direta e indiretamente mais de mil pessoas. -----



----- **Deputado António Manuel da Silva Moreira** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal e a todos os presentes. -----

----- Interveio apenas informar que as intervenções do Grupo Municipal iriam, nesta sessão, cingir-se aos assuntos em discussão. -----

----- **Deputada Carla Cristina Machado Rodrigues Dias** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal e a todos os presentes. -----

----- Interveio para informar que também o Grupo Municipal da Coligação Juntos pelo Futuro (CJF) optou por, nesta sessão, não fazer comentário político e cingir-se apenas à intervenção nos assuntos em discussão. -----

----- Deu apenas conhecimento que lhe foi comunicado um problema no jardim-de-infância da Asseiceira com o aquecimento e a potência elétrica e informou saber que está agendada a intervenção nas casas de banho pelo canalizador. -----

----- **Presidente da Assembleia Municipal** -----

----- Deu a palavra à Presidente da Câmara Municipal para esclarecimentos das questões colocadas. -----

----- **Presidente da Câmara Municipal** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal na pessoa do seu Presidente e a todos os presentes. -----

----- Esclareceu os deputados municipais em relação às seguintes questões colocadas: -----

----- CTT: Disse que efetivamente a Câmara está em falta com algumas das localidades do nosso concelho por falta de números de polícia, mas que o que não pode acontecer é os CTT fazerem-se valer dessa situação para prestar um serviço descoordenado e negligente. Informou que os serviços da Câmara tudo estão a fazer para que as situações em falta sejam repostas a muito curto prazo. -----

----- Saúde: Afirmou que se é verdade que o projeto de cidadania levantou uma questão para a Assembleia da República, também é verdade que tem vindo a ser acompanhado pela Câmara e que mesmo não sendo da sua competência é da sua responsabilidade o bem-estar da população do concelho. Informou que têm sido mantidos contactos e realizadas reuniões com a direção do centro de saúde acerca dos problemas existentes nas unidades que o integram e também que reuniu com a diretora do Agrupamento de Centros de Saúde da Lezíria (ACES) acerca da situação que lhe transmitiu a grande dificuldade em encontrar médicos disponíveis para prover aqueles lugares. -----



----- Salinas: Lamentou que nem todos reconheçam o trabalho que tem vindo a ser desenvolvido pela Câmara Municipal naquele local e acrescentou que o documento referido para a classificação das Salinas foi feito num trabalho de 2009 que em nada reflete as atividades que têm vindo a ser desenvolvidas nos últimos quatro anos em prol da dinamização daquele lugar e sofre de muitas imprecisões. Salientou que a iniciativa de classificação deve partir da Câmara Municipal em parceria com outras entidades que operam nas Salinas, nomeadamente a Cooperativa, ao contrário do documento apresentado. -----

----- Requalificação da função pública: Disse que ao contrário do que foi afirmado a Câmara não está obrigada a reduzir pessoal e que se não se atingir os 2% de redução de pessoal por via das aposentações assumiu, como já o disse antes, a redução das transferências financeiras como consequência disso. -----

----- Encerramento da Repartição de Finanças: Pediu a quem tem responsabilidades municipais e autárquicas para não alimentem rumores e situações respeitantes ao nosso concelho e explicou mais uma vez que esta polémica adveio de uma lista não oficial que foi publicada antes das eleições autárquicas e que segundo as entidades competentes qualquer reestruturação a efetuar será conjuntamente com os municípios.-

----- Uso indevido dos meios de comunicação da Câmara Municipal: Disse que esta é mais uma vez uma questão levantada pelo Movimento Projeto Cidadania, que desconhece quem sejam, e esclareceu que a pessoa a quem se referem não é funcionário da Câmara Municipal, foi nomeado para o cargo de secretário do Gabinete de Apoio á Vereação, e como tal tem isenção de horário laboral e que o comentário que fez foi em nome pessoal na página do facebook da Câmara Municipal, onde todos podem comentar, incluindo a senhora que fez o comentário inicial. Finalizou dizendo que, contudo, reprovou, repreendeu e que não se revê nesse tipo de abordagem. -----

----- Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro: Informou que a nível da CIMLT se está a trabalhar nesta legislação, assim como com os Presidentes de Junta de Freguesia. ----

----- Quadro Comunitário 2014/2020: Afirmou que deve entrar em vigor em meados do ano de 2014, e que atualmente ainda se trabalha no âmbito do atual quadro comunitário que se prolongará até abril de 2014, no qual espera ainda conseguir alguns projetos prioritários como águas e saneamento. -----

----- Golden Eagle: Disse que a Câmara Municipal irá sempre acompanhar este processo já que é detentora de parte da infraestruturas do empreendimento são municipais. -----



----- **Vereador João António Lopes Candoso** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal na pessoa do seu Presidente e a todos os presentes. -----

----- Esclareceu os deputados municipais em relação às seguintes questões colocadas: -----

----- Mobilidade Especial e Horário Laboral: Disse não estar previsto qualquer caso de mobilidade especial na Câmara Municipal e que em relação à redução de funcionários julga que tendo em conta os pedidos de aposentação já apresentados será cumprida a meta de 2%. No que respeita às quarenta horas semanais a Câmara Municipal começou por aplicar a lei a todos os trabalhadores mas que na sequência da providência cautelar apresentada pelo Sindicato de Trabalhadores da Administração Local (STAL) os trabalhadores sindicalizados passaram a fazer apenas trinta cinco horas o que do ponto de vista do Executivo Municipal seria injusto e optou-se por alargar essa situação a todos os trabalhadores. Acrescentou que agora que o tribunal já decidiu sobre a providência cautelar e logo que transite em julgado os trabalhadores passarão a cumprir quarenta horas semanais, estando a Câmara Municipal disponível para negociar com os sindicatos a redução para trinta e cinco horas semanais. -----

----- **Vice-Presidente da Câmara Municipal** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal e a todos os presentes. -----

----- Esclareceu os deputados municipais em relação às seguintes questões colocadas: -----

----- Estrada da Azinheira/Zona Industrial: Informou que existe um compromisso do anterior Executivo, aprovado pela Câmara Municipal, do novo traçado e aguarda-se a revisão do PDM para que o mesmo possa avançar. No que respeita aos areiros esclareceu que a competência para o seu licenciamento não é da Câmara Municipal mas sim das entidades da administração central não existindo qualquer informação de perigo eminente de derrocada por parte das mesmas. -----

----- Limpeza da Ribeira de São Gregório: Informou que parte já foi limpa e que o rio Maior será limpo a seu tempo já que para o fazer a Câmara terá que estar autorizada pelas entidades com competência na gestão dos recursos hídricos. -----

----- Revisão do Plano Diretor Municipal: Informou que se realizou uma reunião nesta semana com a Direção Regional de Agricultura e Pescas da Lezíria e Vale do Tejo (DRAPLVT) para discussão da proposta da carta da Reserva Agrícola Nacional Bruta (RANbruta) que está já em fase final e que se realizará em breve a reunião na



Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional da Lezíria e Vale do Tejo para a preparação da carta da Reserva Ecológica Nacional Bruta (RENbruta). Acrescentou que se prevê que em meados do ano se possa ter os documentos completos. -----

----- Informou todos os deputados municipais que se irá realizar a inauguração dos Presépios de Sal, nas Marinhas do Sal, para a qual convidou todos os presentes. -----

----- **PERIODO DA ORDEM DO DIA** -----

----- **ASSUNTOS PARA CONHECIMENTO** -----

----- **Informação sobre a situação Económica e Financeira referente ao 1º semestre de 2013 – Rosa Lopes, Gonçalves Mendes & Associados SROC, Lda. --**

----- **Atividade Municipal (anexo 4)** -----

----- **Correção de compromisso plurianual** -----

----- **Assunção de Compromissos Plurianuais** -----

----- **ADURM – Associação para o Desenvolvimento Urbano de Rio Maior – Ato de dissolução** -----

----- **Análise da Situação Económica e Financeira – 1º semestre de 2013** -----

----- **Atas aprovadas das reuniões da Câmara Municipal** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou os pontos para conhecimento à Assembleia Municipal de acordo com a documentação disponibilizada. -----

----- **INTERVENÇÕES DOS SENHORES DEPUTADOS** -----

----- **Deputado António Manuel da Silva Moreira** -----

----- Indicou que faria chegar o pedido de esclarecimentos por escrito. -----

----- **Deputada Antónia Maria Falcão Miranda Manso Corrêa** -----

----- Indicou que faria chegar o pedido de esclarecimentos por escrito. -----

----- **ASSUNTOS PARA DELIBERAÇÃO** -----

----- **Ponto I – Regulamento de Utilização de Bens do Domínio Público e Regulamento Municipal de Uso do Fogo e Limpeza de Terrenos – Retificação** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou a proposta da Câmara Municipal, conforme documentos disponibilizados. -----

----- **INTERVENÇÕES DOS SENHORES DEPUTADOS** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada unanimidade** dos presentes (29 presenças). -----

----- **Ponto II – Taxa Municipal de Direitos de Passagem** -----



----- A Presidente da Câmara apresentou a proposta da Câmara Municipal, conforme documentos disponibilizados. -----

----- **INTERVENÇÕES DOS SENHORES DEPUTADOS** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes (29 presenças). -----

----- **Ponto III – Imposto Municipal sobre Imóveis – IMI 2013** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou a proposta da Câmara Municipal, conforme documentos disponibilizados, acrescentando que as taxas que se apresentam são as mesmas que foram aplicadas no ano anterior. -----

----- **INTERVENÇÕES DOS SENHORES DEPUTADOS** -----

----- **Deputado António Carlos e Silva Antunes Figueiredo** -----

----- Relativamente à proposta apresentada disse ser sua convicção que foi feito o esforço possível para manter a taxa resistindo ao seu aumento. Referiu ainda ser de louvar a oneração dos prédios que põe em causa a saúde pública e a conservação de bens públicos e privados de forma a motivar a sua manutenção em boas condições. Acrescentou ainda que a cláusula de salvaguarda existente no aumento do Imposto Municipal sobre os Imóveis (IMI) impossibilita os municípios de estimar os valores da receita a receber, verificando que se tentou, não obstante essa situação, fazer uma redução dentro do possível. -----

----- **Deputada Antónia Maria Falcão Miranda Manso Corrêa** -----

----- Iniciou por dizer que não concorda que em todas as situações sejam sempre os mesmos a pagar e salientou que este é um imposto injusto. Considerou que se a intenção é atrair pessoas terá que se dar sinais de políticas consistentes de redução de impostos e que essa foi a razão pela qual propuseram a redução da taxa do IMI. Afirmou que essa proposta não foi tida em conta e é por essa razão que o sentido de voto será o da abstenção. -----

----- **Deputado Filipe Montez Coelho Madeira** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal e a todos os presentes. -----

----- Iniciou por dizer que seguramente o interesse de todos os presentes é que a taxa fosse efetivamente mais baixa mas considerou que a proposta apresentada é aquela que revela mais bom senso e que faz algum sentido para o ano de 2014 em face do orçamento para o mesmo ano. Acrescentou ainda que acredita, no entanto, que devem ser criadas condições para que possamos em 2015 reduzir esta taxa. -----



----- **Deputado Rui Miguel da Costa e Silva** -----

----- Indicou o sentido de voto como contra, não porque esteja em desacordo com as explicações prestadas mas sim para manifestar a sua indignação com o estado do país. Mais disse que no momento atual dá a impressão que só o Estado pode estar em crise e que dessa forma pode reduzir salários e aumentar impostos no pressuposto que os cidadãos não estão em crise e que tudo podem pagar. Reforçou que este é, no entanto, o país onde as fortunas duplicam e os cargos de nomeação política aumentam. Afirmou que não pode concordar com esta situação e que esperava uma diminuição da taxa do IMI nem que fosse mínima, como forma de partilharmos as dificuldades que são para todos. -----

----- **Deputado António Manuel da Silva Moreira** -----

----- Iniciou por dizer o argumento usado pelo Deputado António Carlos e Silva Antunes Figueiredo é o mais forte para justificar a não descida do IMI e que o facto de não ter sido aceite a proposta inicial dos serviços é justificada pelo facto de esta questão não poder ser tratada apenas de uma forma técnica mas também política e social. Considerou que a cláusula de salvaguarda é um argumento para se conseguir o pagamento da taxa porque sem ela haveria pessoas que não conseguiriam pagar. Acrescentou que não se trata apenas de taxar proprietários, mas sim taxar um direito constitucional que é o direito à habitação própria. Disse ainda aquando da demonstração de resultados e conta de gerência poderá ser verificado se a estimativa feita para a receita do IMI correspondeu ao orçamento. Reforçou que uma diminuição da taxa dava um sinal importante para os proprietários e para os investidores e não perderíamos receita. Disse que estes são procedimentos políticos importantes e que justificam o sentido de voto contra. -----

----- **Deputada Carla Cristina Machado Rodrigues Dias** -----

----- Iniciou por dizer que a bancada da coligação vai votar favoravelmente este ponto à exceção da sua pessoa que se irá abster e acrescentou que a sua intervenção será apenas da sua exclusiva responsabilidade e vincula apenas a si própria. Disse ainda que servirá, de alguma forma, como declaração de voto. Referiu que compreende as dificuldades económicas porque passam os municípios com a crescente diminuição das receitas e que é difícil gerir um orçamento onde as despesas com empréstimos antes contraídos aumentam assim como o importante papel no âmbito da ação social. Disse também compreender a manutenção da cláusula de salvaguarda para os prédios avaliados e que esta receita do IMI é estruturante para o município e que esta



taxa poderia ir até aos 0,5% como foi proposto pelos serviços técnicos da autarquia e felicitou o Executivo municipal por mais uma vez e à semelhança do ano passado resistir à tentação de subir a taxa, mantendo-a nos 0,4%. Reforçou, contudo, a sua conhecida posição contrária a esta e outras taxas, a seu ver, injustas e acrescentou que num momento como o atual, de aumento de impostos e diminuição de salários, a Câmara Municipal tem um papel preponderante na ajuda às famílias. Disse ainda que a mais diminuta diminuição desta taxa representaria um sinal para os cidadãos. Por fim afirmou que qualquer aumento a esta taxa teria o seu voto contra e que a sua manutenção representa a sua abstenção. -----

----- **Presidente da Junta de Freguesia de Rio Maior** -----

----- Congratulou-se com o facto do Executivo Municipal ter decidido manter a taxa de IMI já que uma subida deste imposto seria muito difícil de suportar pelos munícipes. Lamentou ainda que durante os anos em que era bastante mais fácil gerir a Câmara Municipal com uma menor receita do IMI, esta taxa se tenha fixado no máximo e que agora se considere que seja imperativo dar sinais políticos ou criar políticas de atração de pessoas para o concelho. Disse ainda que durante décadas o planeamento de Rio Maior e a sua projeção no futuro pareceu não precisar de desenvolver estas políticas e que o resultado está à vista. -----

----- **Presidente da Câmara Municipal** -----

----- Interveio apenas para esclarecer que podendo, era sua vontade diminuir esta taxa, mas que a realidade financeira do município não o permite já que só os encargos em empréstimos rondam os duzentos mil euros por mês e que é necessário manter a sustentabilidade financeira e fez ainda menção que esta gestão responsável permitiu já que no terceiro trimestre de 2013 o prazo médio de pagamento a fornecedores tenha sido de cinquenta e nove dias em contraste com os cento e trinta e seis do mesmo período em 2011. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por maioria** dos presentes, com 18 votos a favor, 4 votos contra e 8 abstenções (30 presenças). -----

----- **Declaração de Voto do Deputado João Figueiredo Vargas Lopes** que se transcreve na íntegra: -----

----- “ Nós abstivemo-nos porque estávamos na expectativa que o IMI pudesse descer nem que fosse uma percentagem mínima, como tal não aconteceu, e dando o benefício da dúvida, vamo-nos abster.” -----



----- **Declaração de Voto do Presidente da Mesa da Assembleia Municipal** que se transcreve na íntegra: -----

----- “ Sou cada vez mais contra Estado, reconheço, já sou há muito tempo, hoje cada vez mais e penso que se não formos nós nas autarquias a dar o sinal de diminuir o Estado muito mal isto irá. Compreendo perfeitamente as razões pelas quais o IMI foi mantido na percentagem que foi, compreendo que provavelmente ou seguramente a autarquia não tinha espaço nenhum para diminuir, mas por uma questão de filosofia e farto de pagar impostos como estou, por todo lado e a ser assolado por um Estado que de facto a todos nós nos atrofia, manifestei o meu desconforto pela abstenção. Isto não significa que em circunstância alguma esteja contra a opção do Município, que acho correta.” -----

----- **Ponto IV – Lançamento de derrama sobre o lucro tributável de 2013** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou a proposta da Câmara Municipal, conforme documentos disponibilizados. -----

----- **INTERVENÇÕES DOS SENHORES DEPUTADOS** -----

----- **Deputado Carlos Jorge Coelho Neto** -----

----- Desafiou o Executivo Municipal a dar um passo para ganhar vantagem sobre as áreas de localização empresarial concorrentes e para, dentro daquilo que for possível, lançar medidas e ideias que incentivem os empresários, comerciantes, industriais, etc., a fixarem-se no concelho. -----

----- **Deputada Suzana Margarida dos Santos Candeias** -----

----- Iniciou por dizer que o ideal seria a aplicação da taxa mínima mas que face à situação económica desastrosa em que o país vive e ao elevado número de falências que se têm registado no concelho e por todo o país e ao facto do governo central ter vindo a retirar ano após ano os recursos financeiros às autarquias, à Câmara Municipal e Freguesias, a proposta apresentada mantém os valores anteriores. Propôs que se pratique uma política de atração de empresas e de convencimento daquelas que cá estão a funcionar passem a ter sede social no concelho aumentando a base de tributação e tendo, desta forma, mais proveitos. Indicou o sentido de voto como favorável. -----

----- **Deputado António Manuel da Silva Moreira** -----

----- Indicou o sentido de voto como contra, porque embora concordando que o lucro deve ser tributável, considera que devem ser dados sinais de incentivo baixando esta taxa aos pequenos e médios empresários com lucros até cento e cinquenta mil euros.



Acrescentou que a perda de receita com esta medida era ínfima porque se assistira ao reinvestimento desse valor em Rio Maior. Considerou que perante a brutal carga fiscal já existente era fundamental que as autarquias dessem um sinal aos empresários e investidores e lhes pudessem proporcionar uma ligeira redução de impostos. -----

----- **Deputada Carla Cristina Machado Rodrigues Dias** -----

----- Indicou o sentido de voto como favorável sem deixar, no entanto, de sugerir que o Executivo para os próximos anos venha a ponderar a possibilidade de criar a isenção de derrama durante um determinado período ou, nessa impossibilidade, de criar uma taxa diferente das atuais, ou seja, uma taxa mais reduzida para as novas empresas que se pretendam fixar em Rio Maior com sede social neste concelho. Propôs, por isso, um estudo ponderado da possibilidade de isenção ou de redução ou ainda da criação de uma taxa mais reduzida para as novas empresas que se pretendam fixar com sede social em Rio Maior. Considerou que esta seria uma forma de incentivo a que novas empresas se fixassem no concelho aproveitando a posição geoestratégica do mesmo, trazendo benefícios quer ao nível do emprego quer por outras vias de receita para o próprio município. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por maioria** dos presentes, com 24 votos a favor, 3 votos contra e 3 abstenções (30 presenças). -----

----- **Declaração de Voto do Deputado Rui Miguel da Costa e Silva** que se transcreve na íntegra: -----

----- “ Compreendendo as razões que levaram o Executivo a fazer esta proposta que foi deliberada em Câmara, não posso deixar de, mais uma vez, utilizar o meu voto como forma de indignação face ao Estado que leva a que o Executivo tenha que se socorrer de um imposto excecional, pelos vistos pelo menos nos últimos oito anos tem sido sempre aplicado, para fazer jus às suas necessidades de tesouraria.” -----

----- **Declaração de Voto Deputado António Carlos e Silva Antunes Figueiredo** que se transcreve na íntegra: -----

----- “ A questão da minha abstenção compreende-se exatamente com uma ética a qual imponho a mim próprio. Quando relativamente ao IMI votei a favor pelos considerandos que teci até relativamente à proposta, neste caso é de facto possível estimar uma receita pelos diversos indicadores. Caro amigo Moreira, relativamente ao IMI como devem compreender o técnico da Câmara Municipal ou qualquer um do mundo está-lhe totalmente vedado conseguir estimar a receita de IMI, pelo que não é sensato, até da parte dele, pôr outra coisa que não seja a sustentabilidade.



Relativamente a este caso é possível estimar e face à conjuntura, mesmo que não estivéssemos em crise, à que fomentar sempre o crescimento e, para fomentar o crescimento, nada melhor do que “tratar das plantas para que cresçam”, a economia para que cresça não precisa certamente que lhe “retirem a terra debaixo dos pés”. Neste sentido, conforme a minha cara colega de bancada indicou, o estudo e a adoção de uma política, conforme indicado por ela, no sentido de reduzir as taxas para novos investimentos e com um período de carência de “x” anos de permanência do investimento sob pena do qual o beneficiário terá que restituir os montantes beneficiados, terá um saldo zero em termos de perda de receita para a Câmara Municipal, para o Município, com um saldo extremamente positivo para as famílias, para as pessoas, para os salários e para a economia concelhia.” -----

----- **Ponto V – Autorização Previa no âmbito da Lei dos compromissos – Período de 19 de outubro a 31 de dezembro 2013** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou a proposta da Câmara Municipal, conforme documentos disponibilizados. -----

----- **INTERVENÇÕES DOS SENHORES DEPUTADOS** -----

----- **Deputada Antónia Maria Falcão Miranda Manso Corrêa** -----

----- Afirmou que estão política e ideologicamente contra a lei dos compromissos por se tratar de um estilo de gestão presidencialista permitido por lei e com o qual não concordam que por motivos de simplificação e celeridade processuais amputem a democracia e desvalorizem o colégio executivo. Acrescentou que esta não seria a forma de gestão que adotariam mas na fase atual não querem ser acusados de obstaculizar a gestão da autarquia. Indicou o sentido de voto a abstenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por maioria** dos presentes, com 20 votos a favor e 8 abstenções (28 presenças). -----

----- **Ponto VI – Autorização Previa no âmbito da Lei dos compromissos – Ano de 2014** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou a proposta da Câmara Municipal, conforme documentos disponibilizados. -----

----- **INTERVENÇÕES DOS SENHORES DEPUTADOS** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por maioria** dos presentes, com 20 votos a favor e 8 abstenções (28 presenças). -----



----- **Ponto VII – Grandes Opções do Plano e Orçamento e Mapa de Pessoal para 2014** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou a proposta da Câmara Municipal, conforme documentos disponibilizados. -----

----- **INTERVENÇÕES DOS SENHORES DEPUTADOS** -----

----- **Deputado Rui Miguel da Costa e Silva** -----

----- Iniciou por dizer que depois da reunião na qual esteve presente ficou ciente das dificuldades que o município atravessa e que após explicação do orçamento deu o seu acordo áquilo que em traços gerais lhe foi proposto verbalmente, ainda sem estar na posse do documento. Disse que teria todo o gosto de votar favoravelmente este orçamento mas que se irá abster por um motivo. Explicou que uma das linhas de força que lhe foi comunicada foi a ação social, e que, a seu ver, não se encontra espelhada uma estratégia suficientemente forte para os problemas que a ação social traz. Disse ser conhecedor da realidade das dificuldades que a população tem, no terreno, já que todas as semanas visita situações verdadeiramente dramáticas, sendo que muitas delas nem chegam ao conhecimento dos órgãos competentes. Afirmou, por isso, que gostaria de ver no orçamento uma aposta mais concreta no apoio a esses seres humanos que tão carentes dele estão. -----

----- **Deputada Antónia Maria Falcão Miranda Manso Corrêa** -----

----- Considerou desde logo que a discussão do plano e orçamento é efetivamente sobre um documento político que reflete o programa eleitoral da maioria, sufragado pelos riomaiorenses, que ganhou as últimas eleições autárquicas. Considerou que sendo um documento político exige uma análise política e que será essa a sua abordagem. Afirmou que o programa eleitoral da coligação assentou em dois pontos fundamentais: a criação de emprego e a criação do Fundo Municipal de Apoio Social. Referiu que analisado o documento nada conseguiram encontrar de concreto quanto à criação de emprego se não e apenas algumas referências à incubadora de empresas e nenhuma referência a uma linha política, clara, quanto à necessidade imperiosa de atrair e fixar empresas e pessoas. Continuou dizendo que não existe refletida nenhuma política de incentivos fiscais nem de incentivos às empresas para investirem no nosso concelho. Afirmou que ao contrário, mantêm-se os mesmos impostos e taxas dos outros anos e a previsão de arrecadar em impostos diretos mais de quinhentos mil euros, numa variação de aumento de mais de 16,07%. No que respeita à ação social salientou que as verbas que lhe são destinadas baixam em cerca de cem mil euros,



que as verbas já incluem as transferências para as instituições parceiras e questionou como é que o fundo a criar se irá governar. -----

----- Referiu ainda que de entre as prioridades para o concelho não constam o saneamento básico quando perto de 40% dos riomaiorenses não lhe têm acesso, a promessa de requalificar e recuperar o rio Maior enquanto espaço lúdico estruturante, a ligação da portagem da A15 ao Gato Preto pela EN 114, rede viária municipal, a renegociação do contrato com a Águas do Oeste e que no que respeita aos encargos com empréstimos este será um desafio para todos os executivos, não só a este, mas a todos. -----

----- Para terminar fez duas reflexões. A primeira que este orçamento, pelo número tão elevado de rubricas abertas com valores mínimos, dá a entender que será para gerir “à vista” e concluiu que não há nada de novo no mesmo, não assume uma visão estratégica para o desenvolvimento do concelho de Rio Maior; e a segunda é que para as Freguesias são tidas em conta as mesmas verbas que o ano passado, diminuindo as de capital, desconhecendo as competências e a definição do tipo de protocolo. -----

----- Registou com agrado o início da resolução dos problemas de água na Vila da Marmeleira e do Arco da Memória e solicitou o conhecimento dos projetos para estes dois locais. -----

----- Por fim disse que este documento nada traz de novo mantendo-se a mesma forma de gerir a autarquia sem uma visão para o futuro. Acrescentou que não sendo este o documento que apresentariam e como não foram tidas em conta as propostas apresentadas pela CDU o sentido de voto será a abstenção. -----

----- **Deputado João Figueiredo Vargas Lopes** -----

----- Indicou o sentido de voto como abstenção pelo facto de terem tido muito pouco tempo para a análise séria de um documento desta importância e extensão e sugeriu que em vezes próximas tal pudesse acontecer. Acrescentou ainda que tinha expectativa que o IMI pudesse ter uma ligeira diminuição, o que não aconteceu, e reforçou a importância da ação social salientando que os valores constantes deste orçamento ficam além das expectativas e são inclusive inferiores ao do último orçamento. -----

----- Por último propôs que o próximo orçamento fosse um orçamento participativo, como acontece em outros concelhos, por ser uma forma diferente e melhorada de se conseguir um bom orçamento e evitar algumas divergências. -----



----- Presidente da Junta da União de Freguesias de Outeiro da Cortiçada e Arruda dos Pisões -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal na pessoa do seu Presidente e a todos os presentes. -----

----- Referindo-se às previsões de transferências, quer de capital quer correntes, para Juntas de Freguesia, disse que salta à vista a intenção da Câmara Municipal de manter o volume de transferências para as juntas o que, face à quebra de receita total do Município, representa um esforço que todos os Presidente de Junta devem enaltecer a bem das populações que representam. Disse que da leitura que fez do orçamento observou que a Câmara Municipal prestará um serviço relevante em termos financeiros quer na área da ação social quer da educação com a continuação dos apoios ao Centro de Educação Especial “O Ninho” e à Santa Casa da Misericórdia de Rio Maior na construção de equipamentos essenciais para ao desenvolvimento de atividades das mesmas e considerou que esse apoio é revelador da preocupação do Município com os mais desprotegidos, com aqueles que mais sofrem em momentos de crise como aquele que se atravessa. Realçou ainda que o pagamento da dívida que o Município ainda possui, apesar do esforço já feito no mandato de 2009/2013 na sua significativa redução, é algo que tem que encarar como verdadeiro investimento, já que as regras introduzidas pelas novas leis das competências e do financiamento das autarquias locais castigam cada vez mais os municípios incumpridores e que acumulam grandes dívidas, limitando de forma significativa a sua gestão, obrigando-os a adotarem todo o tipo de taxas pelos valores máximos previstos na lei, o que obviamente penaliza quer os cidadãos quer a empresas. Reforçou, por isso, que pagar ou amortizar dívida é, na atual situação do país e perante estas novas leis, verdadeiro investimento no futuro e acrescentou que todos os que acreditam nas vantagens de um poder local forte e cada vez mais autónomo não deixarão de partilhar esta perspetiva. Terminou dizendo que faz seu o orçamento que a Câmara Municipal apresentou e apelou a todos os eleitos, que verdadeiramente se preocupam com o desenvolvimento de Rio maior e com o bem-estar da sua população, para que votem favoravelmente. -----

----- Deputado António Manuel da Silva Moreira -----

----- Iniciou a por propor ao Presidente da Assembleia Municipal uma alteração ao regimento onde se preveja um prazo para entrega dos documentos mais alargado sob a data da sessão para documentos desta complexidade, e reconhecendo que o tempo



em que foram entregues é o legal afirmou que não é o insuficiente. Realçou que não se trata de uma crítica destrutiva mas sim construtiva, para bem das instituições e para se poder fazer oposição consciente. -----

----- De seguida afirmou que iria iniciar pela análise política do orçamento em função da aplicação do dinheiro e que tentaria fazê-lo de uma forma simples e concisa. Relatou, assim, que as receitas com impostos diretos aumentam mais de meio milhão de euros, as despesas com pessoal aumentam quatrocentos mil euros, a aquisição de serviços aumenta cento e dez mil euros e que a despesa com aquisição de serviços é superior à despesa com pessoal. Disse que estas foram as opções políticas feitas entre as quais a contratualização fora, da qual discordam. Referiu que são cinco milhões e meio de despesas com pessoal e seis milhões e duzentos mil euros com aquisição de serviços. Salientou que a cobrança de impostos deve ser, desde sempre, para garantir alguma coisa, e diz-se admirado quando o meio milhão de receita de impostos contrasta com menos seiscentos mil euros na educação, menos cento e dez mil euros de despesa na ação social, menos quatrocentos e noventa mil euros de despesa no desporto, ou seja a intervenção do setor público é diminuída mesmo aumentando a receita de impostos, e não o inverso como seria expectável, garantindo os direitos constitucionais dos cidadãos. Reparou ainda que aumentou em cinquenta e cinco mil euros a receita de mercados e feiras em comparação com o orçamento passado da coligação. Por último, questionou a Presidente de como é que a Câmara Municipal vai dar cumprimento à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e às competências que serão transferidas para as juntas e o que é que já foi feito em relação a essa questão. Indicou o sentido de voto como abstenção. -----

----- **Deputada Carla Cristina Machado Rodrigues Dias** -----

----- Iniciou por dizer que este não é o orçamento que todos desejariam mas que a situação económico-financeira não permite muito mais agravado pelo facto de as autarquias terem sofrido uma redução nos fundos transferidos pela administração central. Referindo-se ao documento disse que do lado da despesa de capital aparece a amortização de empréstimos em cerca de dois milhões de euros, ou seja, cerca de duzentos mil euros mensais e cerca de 10% do orçamento. Continuou dizendo que em relação à dívida há que contabilizar também os juros anuais e lembrou que no ano de 2014 se inicia também o pagamento de um outro empréstimo cujo período de carência termina no ano de 2013 e que se trata de empréstimos contraídos em 2008 que se começam a pagar este ano. Indicou que no que se refere às despesas



correntes e ao aumento nas despesas com o pessoal esta relaciona-se com a política de emprego da Câmara e nomeadamente a parceria com o Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP) no que respeita à inserção de jovens licenciados em estágio e à inserção de desempregados na vida ativa. Apontou ainda que a tudo isto acresce as despesas com transportes escolares e refeições escolares e ainda outros compromissos com por exemplo com a Santa Casa das Misericórdias, com o Instituto Politécnico de Santarém, com a Águas do Oeste, etc. -----

----- Realçou o facto de se manterem as verbas a transferir para as juntas de freguesia que totalizam quinhentos e dezasseis mil euros e também a verba para a Associação de Bombeiros Voluntários de Rio Maior. Salientou a criação do Fundo Municipal de Apoio Social e considerou que nestes tempos difíceis bem se justifica e é de louvar. -----

----- Lembrou que foi a gestão criteriosa, eficaz e inteligente do Executivo da Coligação Juntos pelo Futuro que permitiu que esta Câmara tivesse verba disponível e necessária para se candidatar aos últimos financiamentos do Quadro Comunitário investindo-os em obras necessárias às populações como sejam os abastecimentos de água na Vila da Marmeleira e Arco da Memória. Mais lembrou que o Executivo da Coligação Juntos pelo Futuro no mandato anterior reduziu a dívida do Município em cerca de seis milhões de euros, com uma aposta em obra de proximidade e muito necessária ao concelho e à sua população. -----

Concluiu dizendo que feitas as contas o Executivo teve um mandato superavit e conseguiu com menos receita pagar seis milhões de euros e compromissos assumidos, feito conseguido devido a uma criteriosa e inteligente gestão. Salientou ser esta a forma de gerir um município em tempos difíceis e que em tempos fartos quase todos os conseguem fazer. -----

----- **Presidente da Câmara Municipal** -----

----- Afirmou que se há coisa que gostava era conseguir fazer um orçamento participativo, de base zero, em que só tivesse que calcular receita e definir como iria ser aplicada, mas que tal não é possível pelo facto de grande parte da receita já estar comprometida com os encargos que existem e que neste orçamento chega a cerca de dois milhões por ano só para empréstimos que não podem deixar de ser pagos sob pena de o Município sofrer um corte nas transferências do Estado. Disse também que teria gostado que a discussão deste documento tivesse antecedido a sua remessa aos órgãos mas não se conseguiram criar essas condições atempadamente. -----



----- Esclareceu que o facto de estarem abertas algumas rubricas com valores simbólicos se deve ao facto de haver ainda a incerteza da possibilidade de executar aquele projeto, deixando, no entanto, desta forma a possibilidade de concretização sem ter que se rever o orçamento e submete-lo de novo aos órgãos competentes. Esclareceu também que as prestações de serviços que estão plasmadas no documento nada têm que ver com pessoal mas sim com a Águas do Oeste, iluminação pública, refeições e transportes escolares e que quando se fala no aumento dos encargos com pessoal em relação ao ano anterior este deve-se à previsão do pagamento dos subsídios que não constavam no anterior e aos protocolos com o IEFP para inserção pessoas nas mais variadas condições, dos quais a Câmara assegura o pagamento de uma percentagem. -----

----- No que se refere à ação social disse ser uma das suas maiores preocupações e explicou que existem várias dimensões para tratar o problema, entre as quais a incubadora de empresas a funcionar em conjunto com o IEFP e com Gabinete de Inserção Profissional, o Contrato Local de Desenvolvimento Social em parceria com o Centro de Educação Especial “O Ninho”, todas as instituições do nosso concelho e também com o IEFP e informou que passam todos os dias cerca de cem a cento e cinquenta pessoas pelo Centro de Negócios e Inovação para formação. Disse ainda que quando se fala que houve uma redução na área social prende-se com a amortização da dívida com a Santa Casa da Misericórdia e com outras instituições, e reforçou que a redução não se prende com a falta de apoio. Disse também que foi criado o Fundo Municipal de Emergência Social com um valor reduzido porque se encontra ainda a ser preparada a elaboração do respetivo regulamento e não se tratando de um apoio direto às famílias mas sim a uma rede de instituições que depois disponibilizarão esse apoio à população que comprovadamente dele necessite. -----

----- **Deputado António Manuel da Silva Moreira** -----

----- Solicitou que fosse respondida a sua questão acerca daquilo que já foi feito e o que se pensa fazer para concretizar o disposto na Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.-----

----- **Presidente da Câmara Municipal** -----

----- Esclareceu que o que foi estabelecido com as juntas de freguesia se refere à transferência de nas rubricas de capital e correntes, mantendo o valor de transferência igual ao anterior orçamento, que será depois desdobrado de acordo com o definido nos acordos de execução. -----



----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por maioria** dos presentes, com 20 votos a favor, 1 voto contra e 9 abstenções (30 presenças). -----

----- **Declaração de Voto do Deputado Rui Miguel da Costa e Silva** que se transcreve na íntegra: -----

----- “ Roubando a ideia a um escritor português vos digo que “os homens são todos iguais mas só quando passam fome”. E nós que nunca passamos por isso temos que ter uma particular atenção para essas situações. A minha abstenção visa sensibilizar o Executivo e os Presidentes de Junta para essa realidade que acontece no nosso concelho.” -----

----- **Ponto VIII – Designação do Fiscal Único e Fiscal Suplente da LT – Sociedade de Reabilitação Urbana** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou a proposta da Câmara Municipal, conforme documentos disponibilizados. -----

----- **INTERVENÇÕES DOS SENHORES DEPUTADOS** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes (30 presenças). -----

----- **Ponto IX – Contrato Programa para o ano de 2014 - Desmor, EM,SA** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou a proposta da Câmara Municipal, conforme documentos disponibilizados. -----

----- **INTERVENÇÕES DOS SENHORES DEPUTADOS** -----

----- **Deputada Antónia Maria Falcão Miranda Manso Corrêa** -----

----- Indicou o sentido de voto como favorável e referiu que a Desmor é uma empresa municipal de desporto com capital 100% público com a finalidade de ser um instrumento de ação para a concretização das políticas desportivas decididas pelo Executivo camarário e não como sendo um esvaziamento do responsável pelo pelouro e do próprio Executivo. Disse ainda que a Desmor é também um elemento importante na afirmação nos planos local, regional, nacional e principalmente internacional da marca de Rio Maior. Acrescentou que, contudo, no plano local as repercussões da redução da dependência financeira da Desmor face aos custos dos serviços prestados à comunidade são ainda de cinquenta e quatro mil euros por mês que têm que ser valorizados. Disse ainda que no que respeita aos planos regional, nacional e internacional as ações e medidas de inovação, criação de novos serviços e a qualidade dos mesmos têm que ser soberbas e considerou que este é um imperativo



face à concorrência e aos novos mercados. Acrescentou ainda que irão aguardar os relatórios de 2013 para verificar se efetivamente se conformam e consolidam estas tendências boas que a Desmor tem tido. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por maioria** dos presentes, com 29 votos a favor e 1 abstenção (30 presenças). -----

----- **Declaração de Voto do Deputado Rui Miguel da Costa e Silva** que se transcreve na íntegra: -----

----- “ A minha declaração de voto prende-se com uma situação que não põe em causa o plano, mas agora que vamos ter uma mascote para promover Rio Maior que deixemos de considerar a Cidade do Desporto, mas sim o Concelho do Desporto.” -----

----- **ASSUNTOS PARA ELEIÇÃO/DESIGNAÇÃO DE REPRESENTANTES** -----

----- **Presidente da Assembleia Municipal** -----

----- Deu conhecimento que deu entrada na Mesa uma única lista, designada por Lista A (anexo 5) e fez constar em ata, por indicação dos Grupos Municipais, que numa lógica de representação das forças da Assembleia Municipal na CIMLT ficou estabelecido que cada uma das forças eleitas se faria representar, no caso de impedimento, pelo suplente respetivo de cada uma das forças com representação na Assembleia Municipal, visto se tratar de uma lista única. -----

----- Por se tratar de uma única lista, que leu, colocou depois à consideração dos membros da Assembleia Municipal a realização de apenas duas votações, uma para a Assembleia Intermunicipal da CIMLT, porque obriga à aplicação do método de Hondt e o colégio eleitoral não é o mesmo e outra para as restantes entidades. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes (30 presenças). -----

----- **Assembleia Intermunicipal da CIMLT (listas eleitas de entre membros da AM eleitos diretamente, pelo método de Hondt – quatro membros efectivos e, pelo menos, um suplente)** -----

----- Efectuada a votação por sufrágio secreto, recolhidos e escrutinados os votos foi eleita a **Lista A por unanimidade com 20 votos a favor** (anexo 6). -----

----- **Assembleia Distrital de Santarém (Nomeação dum Presidente de Junta e seu substituto)** -----

----- **Conselho da Comunidade (Agrupamentos de Centros de Saúde – ACES Lezíria) – Eleição de um membro da Assembleia Municipal** -----



----- **Comissão Alargada da CPCJ de Rio Maior (eleição de quatro cidadãos que não carecem de ser membros da Assembleia Municipal)** -----

----- **Conselho Municipal de Educação (Eleição de um Presidente de Junta)** -----

----- **Comissão de Acompanhamento da revisão do Plano Director Municipal (Eleição de um representante da AM e seu substituto)** -----

----- **Comissão Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios de Rio Maior (Eleição de um Presidente de Junta e seu substituto)** -----

----- **Conselho Cinegético Municipal (Eleição de um Presidente de Junta e seu substituto)** -----

----- **Conselho Municipal de Desporto (Eleição de quatro representantes membros da AM)** -----

----- Efectuada a votação por sufrágio secreto, recolhidos e escrutinados os votos foi eleita a **Lista A por maioria com 28 votos a favor e 2 votos contra** (anexo 7). -----

----- **Declaração de Voto do Deputado Rui Miguel da Costa e Silva** que se transcreve na íntegra: -----

----- “ Só queria congratular-me com o facto de apesar de conflituarmos nas ideias nos ter sido possível consensualizar nas pessoas.” -----

----- **Presidente da Assembleia Municipal** -----

----- Nos termos do n.º 7 do artigo 68º do actual Regimento, o Presidente da Assembleia Municipal propôs a aprovação em minuta dos assuntos aprovados na presente sessão. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes (28 presenças). -----

----- **Presidente da Assembleia Municipal** -----

----- Deu a palavra ao público presente para as intervenções e explicou a condições em que seriam feitas de acordo com o regimento da Assembleia Municipal, de forma a ser do conhecimento de todos os presentes. -----

----- **INTERVENÇÃO DO PÚBLICO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- **ENCERRAMENTO** -----

----- Quando eram dezoito horas e dez minutos, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrados os trabalhos da presente sessão, da qual, e para constar se lavrou minuta parcial para efeitos imediatos e a presente ata que vai ser apresentada na sessão seguinte para aprovação global e assinada pela mesa. -----



----- O PRESIDENTE DA MESA: _____

----- O PRIMEIRO SECRETÁRIO: _____

----- A SEGUNDA SECRETÁRIA: _____